

AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O CAMPO CIENTÍFICO: DILEMAS POLÍTICOS E EPISTEMOLÓGICOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA

Diogo Marques Tafuri – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir algumas questões políticas e epistemológicas acentuadas a partir da recente implantação, em algumas universidades públicas brasileiras, de políticas afirmativas no concurso seletivo para ingresso em cursos de graduação. Para tanto, pretendemos proceder, a partir dos escritos de Pierre Bourdieu, a uma discussão acerca da natureza do campo científico, suas formas de estruturação e suas lutas intrínsecas, inseparavelmente científicas e políticas, levadas à cabo pelos agentes em busca da legitimidade acadêmica. Ao discorrermos sobre tais lutas a partir da sociologia da ciência de Bourdieu, pretendemos dialogar com a visão crítica de alguns pesquisadores acerca deste processo de inserção dos grupos historicamente marginalizados pela sociedade brasileira (especialmente a população negra) na universidade pública. Em seguida, pretendemos discutir alguns critérios de diferenciação entre o que Enrique Dussel denomina de ciência social funcional e ciência social crítica para, finalmente, levantar e debater alguns elementos relevantes para pensarmos sobre as possibilidades e os limites das transformações advindas e esperadas da universidade pública a partir do contexto histórico atual.

PALAVRAS CHAVES

Ações Afirmativas; Campo Científico; Ciência Social Crítica.

ABSTRACT

The presente work will discuss some political and epistemological issues which were accentuated because the recent introduction of affirmative policies to undergraduate courses admission in some Brazilian public universities. We intend to carry out a discussion, based on the writings of Pierre Bourdieu, about the nature of the scientific field, its ways of structuring and its intrinsic struggles, inseparably scientific and political, carried out by the agents in pursuit of the academic legitimacy. When discussing about such struggles from Bourdieu's sociology of science, we intend to engage with the critical view of some Afro-descendant researchers about the insertion process of historically marginalized groups by the Brazilian society in public universities (especially black people). Then, we intend to discuss some criteria of differentiation between what Enrique Dussel calls “functional social science” and “critical social science” to finally raise and debate some important elements about the possibilities and limits of the expected changes to the public university from this current historical context.

KEYWORDS

Affirmative Action; Scientific Field, Critical Social Science.

1. INTRODUÇÃO

Propomos no presente trabalho levantar e problematizar algumas questões referentes à atual realidade experienciada por certas instituições brasileiras de ensino superior, caracterizada pela inserção de grupos historicamente marginalizados pelo sistema capitalista no seio do campo científico acadêmico. Tal situação é oriunda da implantação recente, pelo Estado brasileiro, a partir das lutas e reivindicações históricas dos movimentos sociais, de políticas afirmativas que têm por objetivo garantir o princípio da igualdade de oportunidades a todas cidadãs e cidadãos de nosso país. Segundo definição elaborada pelo Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, as ações afirmativas são:

[...] medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado (...) com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (SANTOS, 1999, p. 25).

O estabelecimento do sistema de cotas para o ingresso de afrodescendentes e indígenas nas universidades públicas brasileiras foi pioneiramente promovido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), instituições que passaram a garantir, a partir do ano de 2002, a reserva de 40% das vagas abertas via vestibular para as “populações negra e parda”. Já a primeira Instituição de Ensino Superior Federal a adotar o sistema de cotas para estudantes negros e indígenas em seu vestibular foi a Universidade de Brasília (UNB), a qual, partir do segundo semestre de 2004, passou a reservar 20% das vagas do vestibular para o primeiro grupo e 10 vagas para o segundo (SANTOS, 2010, p. 49-50).

De acordo com estudo realizado no ano de 2010 pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, ligado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, as políticas de ações afirmativas já estavam presentes naquele ano em 71,4% das universidades federais e estaduais do país¹. Outro dado que pode servir de indicador da mudança tendencial e gradativa na composição socioeconômica, cultural e étnico-racial dos quadros das universidades públicas brasileiras é a recente aprovação da Lei Federal n. 12.711, sancionada pela Presidência da República no dia 29 de

1 Publicado em reportagem do Jornal Folha de São Paulo no dia 30 de agosto de 2010. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3008201001.htm>.

agosto de 2012, e que institui a obrigatoriedade das instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarem no mínimo 50% de suas vagas nos cursos de graduação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Ainda de acordo com a referida lei, 50% das vagas reservadas deverão ser destinadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita, sendo ocupadas por pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)².

Deste modo, como ponto de partida de nossas reflexões acerca dos dilemas políticos e epistemológicos advindos da realidade histórica atual destas instituições, tomamos inicialmente a afirmação de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, segundo a qual:

[...] a presença numericamente significativa de jovens das classes e grupos até então impedidos de frequentar os bancos universitários, deve levar a que as ideologias, teorias e metodologias que sustentam e dão andamento à produção de conhecimentos sejam questionadas e, em decorrência, as atividades acadêmicas e científicas sejam redimensionadas. Dizendo de outra maneira, instituições de ensino superior que reconhecem a diversidade social e econômica da população brasileira, sua pluralidade cultural e racial e as avaliam como injustas, ao reservar vagas para negros, projetam ser socialmente justas, e para tanto têm de ampliar seu campo de visão e de produção do conhecimento (SILVA, 2003, p. 48).

É justamente sobre as possibilidades e os limites deste *dever ser* das instituições de ensino superior brasileiras, advindo de sua nova condição política e histórica delineada por Silva, que pautaremos a discussão empreendida a seguir.

2. O CAMPO CIENTÍFICO

Pierre Bourdieu (1994), em sua análise sobre o campo científico, rejeita a ideia de que uma comunidade científica é regida apenas pelas normas e disputas restritas ao universo epistemológico, campo em que se daria a produção de um conhecimento desinteressado, motivado somente pelos imperativos intelectuais colocados a partir do “problema da verdade”. Ao contrário, Bourdieu considera o universo científico como um campo social igual aos demais, *locus* privilegiado de manifestação das disputas de forças específicas, que se dão por meio de lutas e estratégias que são

2 Texto integral da Lei 12.711 disponível em:
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=245807&norma=265537>

definidas e redefinidas a partir da posição dos agentes dentro das estruturas historicamente determinadas do campo, visando a consecução de interesses e lucros igualmente específicos. Deste modo, para o sociólogo francês, qualquer análise a ser empreendida sobre o campo científico deve levar em consideração tanto a dimensão propriamente epistemológica quanto a dimensão política das disputas colocadas em jogo. Segundo Bourdieu:

[...] o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (1994, p. 122-123).

Na disputa pela competência e autoridade científica, no interior do universo acadêmico, os agentes pautam suas ações estratégicas considerando a “estrutura da distribuição do capital específico”, ou seja, partindo da condição determinada em que se encontram as relações de poder que ao longo do tempo foram sendo construídas e cristalizadas a partir do contexto em que se realizaram as disputas das forças em jogo. Assim, o campo científico:

[...] enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas (BOURDIEU, 1994, p. 126).

Ainda de acordo com o autor, a estrutura do campo científico, que em última instância define as estratégias científicas e políticas adotadas pelos pesquisadores na disputa pela legitimidade no campo, representando a estrutura de distribuição dos diferentes capitais entre os participantes do jogo, transita entre dois pólos ideais e jamais manifestados no bojo das relações de força entre os agentes: o monopólio e a distribuição equitativa do capital científico. Deste modo:

[...] em todo campo se põem, com forças mais ou menos desiguais segundo a estrutura da distribuição do capital no campo (grau de homogeneidade), os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo (BOURDIEU, 1994:136-137).

Se, seguindo a perspectiva de Bourdieu, tomarmos o campo científico enquanto “sistema de

relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores”, sendo justamente a posição dos agentes na estrutura de distribuição do capital científico, **historicamente constituída**, o que determina tanto suas estratégias quanto suas possibilidades de êxito na disputa acadêmica, quais serão as condições concretas em que os pesquisadores oriundos de grupos **historicamente excluídos** do ensino superior realizam seu trabalho intelectual? Com quais situações sociais cotidianas tais pesquisadores se deparam no decorrer de sua experiência acadêmica?

3. AÇÕES AFIRMATIVAS E AS LUTAS ACADÊMICAS

Vejamos com atenção a afirmação escrita por Henrique Cunha Júnior, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará e membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que nos traz uma visão crítica das condições de atuação vivenciadas por esta gama de pesquisadores no exercício de suas funções:

[...] com o intuito de acelerar o processo de pesquisa das temáticas de interesse dos afrodescendentes, tenho ouvido pelos corredores, e, às vezes, explicitamente, os seguintes argumentos: pesquisa não tem cor, as temáticas abordadas por nós não são suficientemente universais, ou seja, não fazem parte da ciência. Concordo que a pesquisa não tem cor, mas as políticas científicas, que não têm nada a ver com o cerne do fazer científico, essas têm os atributos de cor, de grupo social, de grupo histórico, de marginalizações e de produção das desigualdades sociais, econômicas e políticas. Quem detém o poder detém a primazia da ciência e determina quais temas são parte ou não da ciência (CUNHA JÚNIOR, 2003:159)

Para que possamos problematizar e compreender a afirmação realizada acima por Cunha Júnior, nos termos propostos neste artigo, devemos confrontá-la com a seguinte passagem escrita por Pierre Bourdieu acerca das instâncias de legitimidade do campo científico:

Tanto no campo científico quanto no campo das relações de classe não existem instâncias que legitimam as instâncias de legitimidade; as reivindicações de legitimidade tiram sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses elas exprimem: na medida que a própria definição dos critérios de julgamento e dos princípios de hierarquização estão em jogo na luta, ninguém é bom juiz porque não há juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada (BOURDIEU, 1994, p. 130).

Fica claro, a partir dos trechos acima selecionados, que a possibilidade de acesso de pesquisadores advindos de grupos historicamente marginalizados aos círculos acadêmicos não garante, a princípio, uma representatividade nos principais campos internos de disputa, principalmente devido à existência de um contexto de profunda disparidade no que se refere à

propriedade de capital científico. Lembremos que a própria estrutura do campo científico acaba por definir – não sem disputa, sempre desigual - as instâncias de legitimidade que se colocarão de modo dominante, definindo os “critérios de julgamento” e os “princípios de hierarquização” que determinarão as condições da disputa entre os diferentes grupos em conflito, determinação inexoravelmente político-ideológica.

Depreende-se da afirmação antecedente que a questão dos artifícios do jogo da luta científica representar e manifestar as relações desiguais de poder entre dominantes e dominados em certo período histórico, implica também em que as condições de realização das atividades propriamente científicas – ou seja, a própria definição de ciência, a limitação de seu campo de problemas, métodos e teorias que podem ser considerados científicos - esteja em conformidade com os interesses específicos do grupo que detém a primazia no campo acadêmico. Para prosseguir a discussão, analisemos mais duas passagens escritas por Cunha Júnior:

Os programas rejeitam pesquisadores militantes dos movimentos negros. [...] A universidade brasileira não confessa a sua ignorância nos temas de interesse dos afrodescendentes, sendo que a única responsabilidade do insucesso fica por conta do pesquisador negro. O problema é grave, mais grave ainda é que nada disto tem sido questionado pela sociedade democrática acadêmica (CUNHA JÚNIOR, 2003, p. 156-157).

A democracia prevê a representação de todos os grupos sociais em todas as instâncias de decisão. No estágio atual do capitalismo, a pesquisa científica e os grupos de pesquisadores constituem um grupo privilegiado de exercício do poder, quer pela ação direta na participação nos órgãos de decisão do Estado, quer pela indireta por meio da difusão dos conhecimentos que justificam as ações dos poderes públicos. Os grupos sociais, cujos membros não fazem pesquisa ficam alijados dessas instâncias de poder. A ausência de pesquisadores negros tem reflexo nas decisões dos círculos de poder. Veja que temas como a educação e a saúde dos afrodescendentes só passaram para pauta do Estado brasileiro depois que os movimentos negros, com esforços próprios, formaram uma centena de especialistas e pesquisadores nessas áreas e produziram um número relevante de trabalhos científicos” (CUNHA JÚNIOR, 2003, p. 157)

A questão da neutralidade do conhecimento científico, ou da pretensa busca por ela, aparece aqui com bastante força. O fato de Cunha Júnior denunciar a resistência que os Programas de Pós-Graduação impõem aos “pesquisadores militantes”, seja em termos de ingresso nos programas ou na própria condução e desenvolvimento de suas pesquisas, representa uma forte evidência de que o discurso científico hegemônico insiste em negar as relações intrínsecas existentes entre política e ciência. Relações estas que são explicitadas quando a pesquisa científica e os grupos de pesquisadores são reconhecidos como um grupo privilegiado de exercício direto ou indireto do poder, como bem assinala o autor.

Outro elemento significativo presente em sua análise refere-se à dificuldade encontrada pelos afrodescendentes para desenvolverem suas pesquisas em temáticas de interesse de seu próprio grupo étnico-racial, fenômeno que não pode ser entendido senão a partir de toda discussão empreendida no decorrer deste trabalho acerca da natureza do campo científico. A meu ver, esta incapacidade que as universidades demonstram de uma forma geral para trabalhar com tais temas está ligada, entre outros fatores, à posição marginal a que as culturas negras e indígenas são relegadas historicamente, realidade ao mesmo tempo causadora e consequente da ausência de estratégias de inserção dos grupos historicamente marginalizados pela sociedade brasileira nas instituições de ensino superior. Assim sendo, podemos concluir, a partir do que foi dito, que a distinção estabelecida, principalmente nas ciências sociais, “entre conflitos 'sociais' e conflitos 'intelectuais' constitui uma estratégia, ao mesmo tempo social e intelectual, que tende a impor uma delimitação do campo dos objetos legítimos de discussão” (BOURDIEU, 1994, p. 125-126)

Deste modo, esperar que tal situação seja reconhecida e questionada pela “sociedade democrática acadêmica” sem que haja uma denúncia e um anúncio destes pesquisadores, a partir das disputas empreendidas no bojo da estrutura do campo científico, é negar toda a politicidade que permeia a luta pela legitimidade da autoridade e da competência científica, ou seja, negar a ideia de que:

[...] uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo social” (BOURDIEU, 1994, p. 148).

A partir do que foi exposto, devemos nos perguntar como se situam as ciências sociais neste complexo emaranhado de relações estabelecidas entre os diferentes agentes que se encontram em disputa no campo científico. Deve ela necessariamente tomar partido na luta política ou, ao contrário, procurar manter-se fiel aos princípios da neutralidade e da objetividade científica?

4. CIÊNCIA SOCIAL FUNCIONAL E CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA

Assim como Pierre Bourdieu, Enrique Dussel refuta as concepções que situam o conhecimento científico a partir dos princípios da neutralidade e objetividade científica. Para o filósofo da libertação latino-americana, a realização de toda atividade científica parte de escolhas pautadas por uma dada visão e projeto de mundo ou, dito de outra maneira, dentre as diversas e

amplas possibilidades colocadas à frente do pesquisador dentro de seu horizonte científico, este sempre vai definir suas estratégias de ação a partir de certo posicionamento político-ideológico, forjado no seio de sua própria cultura.

Ao analisar o programa científico de investigação de Karl Marx, Enrique Dussel nos fornece o critério de demarcação que diferenciaria entre realização de uma ciência social funcional, situada em um nível de conhecimento superficial e contido dentro do paradigma científico hegemônico, e a constituição de uma ciência social crítica:

[...] una teoría científico-social no sólo por la posición teórica de lo negativo-material, sino, y esto es constitutivo de la crítico (criterio de demarcación, entonces), por el "ponerse de parte" efectiva y prácticamente "junto" a la víctima, y no sólo en posición observacional participativa, sino como el co-militante que entra en el horizonte práctico de la víctima (negatividad- material) al que se decide a servir por medio de un programa de investigación científico-crítico ("explicativo" de las "causas" de su negatividad) (2001, p. 286).

De acordo com Dussel, Karl Marx, ao questionar a obra de Adam Smith, David Ricardo e outros economistas de sua época e elaborar uma **crítica** da Economia Política, já demonstrava a necessidade do conhecimento científico superar a compreensão superficial e aparente da realidade social, visto que esta se apresentaria a partir de um paradigma hegemônico e moral que delimitaria sobremaneira o horizonte prático de observação do cientista (delimitação característica da ciência funcional, a qual não busca superar ou criticar o dado). Deste modo, para compreender a sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX, Marx já partia de uma concepção crítica e negativa desta realidade social: a impossibilidade da classe trabalhadora produzir e reproduzir sua própria existência no contexto da sociedade capitalista emergente. Foi somente a partir desta concepção que se tornou possível conceber o salário enquanto expropriação – e portanto alienação - de parte do produto do trabalho proletário, e não como uma troca equivalente entre a remuneração monetária e o trabalho realizado. Assim, para Enrique Dussel:

"Situando", "localizando" (la location de los cultural studies) su subjetividad en un cierto "lugar" social, desde una cierta perspectiva, con una posición de su subjetividad eticamente movida para colocarse en un ámbito trans-sistémico, era "posible" la crítica de la cotidianidad práctica y política; podía ahora constituirse dicha subjetividad, que además tiene todos los recursos de la ciencia standard o funcional de su época, como subjetividad científico-crítica al intentar explicar (o comprender hermenéuticamente) científicamente un nuevo hecho hasta ese momento no científicamente explicado. Para ello será necesario, lentamente y según la genialidad o no del sujeto científico-crítico, crear nuevos paradigmas, desplegar nuevos programas de investigación científica (2001, p. 308).

Deste modo, a constituição de uma ciência social crítica pressuporia, em primeiro lugar, uma opção ética de se buscar a observação da negatividade da realidade social totalizante; a partir daí, buscar-se-ia investigar e compreender o fenômeno gerador de relações de dominação entre os seres humanos. Ademais, também seria constitutivo de uma ciência social crítica, segundo o autor, o compromisso de se colocar junto à classe oprimida, visto que a superação da realidade opressora em que esta se encontra pressupõe uma práxis militante, crítica e intersubjetiva. A trajetória do pesquisador crítico se iniciaria, portanto, no bojo deste compromisso com a transformação social, sendo que sua motivação para produzir conhecimento partiria justamente das indagações e problematizações surgidas nesta imersão crítica no mundo que o cerca, visto que “es en el momento de poder o no observar en la vida cotidiana hechos posibles temáticos de la ciencia, que la 'opción ética' es constitutiva a priori de la 'criticidad' científica” (DUSSEL, 2001, p. 308).

Tomando por referência esta argumentação dusseliana, podemos supor que a nova realidade que emerge em algumas instituições brasileiras de ensino superior a partir da adoção de políticas afirmativas que criam mecanismos de acesso aos grupos historicamente excluídos da educação universitária, pode vir a favorecer a construção de uma criticidade científica radical, visto que ela surgiria dos próprios sujeitos historicamente submetidos à experiências de exploração e dominação política, econômica, social e cultural, e de sua nova posição dentro da estrutura deste campo. Deste modo, em certa medida:

O surgimento de uma quantidade significativa dos negros intelectuais nas universidades nacionais, especialmente nas áreas de ciências sociais, educação e história, proporcionou olhares diferentes sobre a questão racial brasileira. Propiciou, igualmente, o surgimento de novas pesquisas, com novos assuntos, questionamentos e interesses [...] Começou-se a questionar o monopólio branco sobre a representação do negro no Brasil, o que implicou um processo de busca de descolonização do conhecimento eurocentrado, de autonomia intelectual, assim como a quebra do controle ou monopólio dos estudos e pesquisas sobre os negros a partir de um ponto de vista dos intelectuais do “mundo dos brancos” (SANTOS, 2010, p. 66)

5. LIMITES E POSSIBILIDADES DAS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO CIENTÍFICO

De acordo com Bourdieu, a natureza e a magnitude das transformações passíveis de serem realizadas dentro do campo científico são derivadas da estrutura da distribuição do capital científico do campo, sendo resultado das lutas engendradas por meio das estratégias políticas empreendidas pelos diferentes agentes tendo em vista a conservação ou a subversão da estrutura do campo

científico. Dependem, portanto, da posição ocupada em determinada ocasião por cada um destes agentes - subversivos ou conservadores - na própria estrutura do campo científico, “objetivada nas instituições e incorporada nas disposições” (1994, p. 134) constituídas historicamente a partir da resultante obtida nos embates políticos e epistemológicos anteriores.

Os interesses de dominantes³ e dominados (novatos) estão permanentemente em relação uns com os outros, seja esta relação estabelecida de maneira conflituosa ou não. Deste modo, as ações realizadas pelos agentes no campo científico em disputa são sempre pautadas, segundo Bourdieu, por estratégias de sucessão ou estratégias de subversão:

[...] os "novatos" podem orientar-se para as colocações seguras das estratégias de sucessão, próprias para lhes assegurar, ao término de uma carreira previsível, os lucros prometidos aos que realizam o ideal oficial da excelência científica pelo preço de inovações circunscritas aos limites autorizados; ou para as estratégias de subversão, investimentos infinitamente mais custosos e arriscados que só podem assegurar os lucros prometidos aos detentores do monopólio da legitimidade científica em troca de uma redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação (1994, p. 138).

Trazendo a discussão para o objeto do presente trabalho, percebemos que o desafio de “vencer os dominantes em seu próprio jogo” (p. 138) está permanentemente presente no caminho percorrido por pesquisadores representantes das populações negra, indígena e de outros grupos marginalizados, percurso dificultado sobremaneira pelo baixo capital científico de que dispõem na luta científica e, principalmente, pela incompatibilidade existente entre a construção de um conhecimento pautado por uma epistemologia ao mesmo tempo eurocêntrica e pretensamente universalista, admitida como única possível e verdadeira, e o reconhecimento político e epistêmico da diversidade e da pluralidade cultural das sociedades, bem como dos discursos até então negados pela modernidade ocidental (OLIVEIRA-ARAÚJO; MONTRONE, 2012). As tensões existentes entre princípios com lógicas tão distintas fica evidente na afirmação feita por José Jorge de Carvalho:

Espera-se dos negros uma linguagem que desconhecem e que não sabem como aprender: a linguagem dos brancos acadêmicos. E é absolutamente crucial aprender a linguagem acadêmica branca, já que o acesso à pesquisa, aos grupos de discussão, às informações e aos dados do saber disciplinar que apenas circulam nas interações informais dependem da absorção e da desenvoltura no manejo desses códigos secretos do ethos acadêmico. Duas

3 De acordo com Bourdieu, “[...] os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles tem, são e fazem” (BOURDIEU, 1994, p. 128).

alternativas dramáticas são apresentadas aos estudantes negros: ou se metamorfoseiam de brancos após absorverem os códigos exclusivos desse mundo do qual jamais fizeram parte – o que significa abrir mão da sua diferença, da sua biografia, dos seus valores e muito especialmente da lucidez que introjetaram ao ter que lidar diariamente com a discriminação –, ou partem para um confronto aberto, denunciando o racismo e as injustiças, o que significa arriscar suas poucas chances de inserção nas redes brancas já estabelecidas, saturadas e marcadas por padrinhos e controladores dos recursos disponíveis (2003, p. 185-186)

É justamente esta nova realidade edificada pela inserção do “confronto aberto” entre as classes e os diferentes grupos étnico-raciais no interior da estrutura do campo científico que necessita ser problematizada. Pois, se o que até então se constituía como parte do que não era discutido, o “não-pensado”, deixa de estar fora dos limites da luta científica e passa a ser admitido como objeto legítimo de discussão dentro deste campo, tal disputa não pode deixar de se sujeitar a toda a gama de constrangimentos estruturais inerentes a este campo social específico e, portanto, às relações de poder desigualmente estabelecidas entre os sujeitos dotados de diferentes capitais científicos, os quais foram historicamente acumulados.

No entanto, tais questões estão colocadas apenas de modo incipiente, visto que os excertos dos artigos escritos por alguns pesquisadores brasileiros aqui expostos indicam uma situação de transição ainda mais dramática: os temas a serem pautados pelos grupos historicamente excluídos, assim como suas formas culturais específicas, ainda enfrentam forte resistência para serem reconhecidos como legítimos na discussão acadêmica. Por outro lado, existe um risco constante de que as alteridades manifestadas por meio destas novas demandas políticas sejam incorporadas ao campo científico sem que provoque transformações substanciais nos princípios sobre os quais repousa o funcionamento do campo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos na presente discussão, as experiências recentes dos programas de ações afirmativas elaborados e executados por algumas instituições de ensino superior brasileiras, implantadas de modo a garantir novos mecanismos de acesso aos grupos historicamente excluídos da educação universitária, a despeito de suas incompletudes – que não foram tratadas aqui –, vem possibilitando, em diferentes graus e contextos, uma mudança crescente e gradativa na composição socioeconômica, cultural e étnico-racial dos quadros das universidades brasileiras.

A presença cada vez maior – ainda que insuficiente – de alunos e pesquisadores negros,

indígenas e de outros grupos marginalizados, no âmbito do mundo acadêmico, vem acentuando o debate acerca das diversas questões relativas à natureza das diferentes formas de produção do conhecimento científico, bem como aquelas referidas às condições institucionais em que é engendrada a pesquisa científica. Em ambos os casos, está implicada uma disputa simultaneamente política e epistemológica em torno da legitimidade da autoridade e da competência científica.

Dois aspectos podem ser apontados como obstáculos para estes pesquisadores apenas recentemente inseridos de modo mais significativo no universo acadêmico: o primeiro deles se refere à própria estrutura do campo científico. Na medida em que as possibilidades de êxito nas disputas colocadas em jogo na luta científica dependem, dentre outros fatores, da distribuição e da magnitude do capital científico acumulado historicamente pelos diferentes agentes, torna-se claro a situação desprivilegiada em que se encontram os “novatos” em relação aos agentes que se constituíram ao longo do tempo enquanto grupo dominante. Isto vale tanto para as disputas lançadas em torno da própria definição de ciência, da limitação de seu campo de problemas, métodos e teorias que podem ser considerados científicos, quanto das regras e mecanismos formais e informais que regem as lutas do campo científico e que determinam as estratégias políticas inerentes a ela. A possibilidade de “vencer os dominantes em seu próprio jogo” (BOURDIEU, 1994, p.138) aparece ainda menos plausível quando consideramos a falta de reconhecimento político e epistêmico da diversidade e da pluralidade cultural das sociedades enquanto característica preponderante das nossas universidades.

O segundo ponto que merece ser evidenciado diz respeito ao discurso ainda hegemônico da neutralidade e objetividade do conhecimento científico, quase sempre evocado em nome dos imperativos intelectuais decorrentes da busca comprometida e desinteressada pelo “verdadeiro conhecimento”. Deparando-se constantemente com os defensores deste pressuposto, apenas aparentemente apolítico, muitos pesquisadores que pretendem produzir conhecimento a partir de uma concepção crítico-negativa da realidade social acabam sendo “rejeitados” (CUNHA JÚNIOR, 2003, p. 156) pela comunidade acadêmica, uma vez que tais pesquisas afirmam explicitamente determinadas visões e projetos de mundo, sendo, portanto, essencialmente politizadas.

Na medida em que somente quando se toma parte do jogo no campo científico, adentrando a própria estrutura deste campo social específico e procurando transformar de dentro seus princípios e suas regras vigentes, é que se pode vislumbrar novas possibilidades de concretização do ideal de uma universidade pública que valorize integralmente a multiplicidade intercultural brasileira, os dilemas, conflitos e riscos apontados neste trabalho tendem a se manifestar de modo cada vez mais

corrente. Isto porque as estratégias com que jogamos o jogo científico são sempre múltiplas, políticas e complexas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO-OLIVEIRA, S. S.; MONTRONE, A. V. G. Educación superior latinoamericana: diversidades y homogeneidad. **Revista Ibero-Americana de Educación**, n. 58/4, abril 2012, ISSN 1022-6508.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (orgs.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo, Ed. Ática, 1994, p.122-155.

CARVALHO, J. J.. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 161-190.

CUNHA JÚNIOR, H.. A formação de pesquisadores negros: o simbólico e o material nas políticas de ações afirmativas. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 153-160.

DUSSEL, E.. El programa científico de investigación de Karl Marx (Ciencia funcional y crítica). In: _____. **Hacia una filosofía política crítica**, Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001, p.279-301.

_____. Sobre el concepto de 'ética' y de ciencia 'crítica'. In: **Hacia una filosofía política crítica**, Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001, p.303-318.

SANTOS, H. et al. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999.

SANTOS, S. A.. Universidades públicas, sistema de cotas para os estudantes negros e disputas acadêmico-políticas no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, 2010, n. 33, p. 49-73.

SILVA, P. B. G.. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 43-54.

DIOGO MARQUES TAFURI

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP)
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação/ Centro de Educação e Ciências Humanas/
Universidade Federal de São Carlos (PPGE/ CECH/ UFSCar)
Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Processos Educativos
Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior
Email: diogotafuri@gmail.com